
DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O CHEFE DO ESTADO
NA CERIMÓNIA SOLENE DE ABERTURA
DAS ACTIVIDADES DO INSTITUTO
DA DEFESA NACIONAL EM 1991

Mário Soares

DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O CHEFE DE ESTADO
NA CERIMÓNIA SOLENE DE ABERTURA
DAS ACTIVIDADES DO INSTITUTO
DA DEFESA NACIONAL EM 1991

Senhor Ministro da Defesa Nacional,
Senhor Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas,
Senhores Chefes do Estado-Maior dos Três Ramos das Forças Armadas,
Senhor Director do Instituto da Defesa Nacional,
Senhoras e Senhores:

Tenho muito gosto em participar hoje — e pela segunda vez, como Presidente da República — na abertura dos trabalhos do Instituto da Defesa Nacional, centro de grande e justo prestígio que, ao longo dos anos, tem polarizado a reflexão em torno das questões tão importantes da defesa nacional. Reunindo especialistas militares e investigadores civis tem produzido o Instituto da Defesa Nacional um notável labor doutrinário, bem patente aliás na revista «Nação e Defesa». Julgo mesmo que tem contribuído por forma excepcional para que se crie um consenso nacional alargado ao redor das questões de defesa, dadas as suas conhecidas características de centro de estudos e de escola de formação, assente na pluralidade de opiniões e na convergência de esforços. Deste modo, a independência do Instituto da Defesa Nacional — que, algumas vezes, tenho apontado como exemplo e estímulo para a criação de um Instituto de Estudos Internacionais que, a meu ver, deveria ser criado e funcionar em apoio do nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros — tem sido um factor de credibilidade e de prestígio acrescidos. Estou certo de que o seu novo Director — ele próprio um distinto especialista nesta temática — saberá continuar esta tão importante tradição, actualizando-a e renovando-a, de acordo com os novos tempos que vivemos, como é necessário.

Penso, por isso, que é este o local adequado para produzir uma reflexão global sobre os grandes desafios que o futuro imediato nos coloca em termos de defesa nacional. Não poderei ser exaustivo, dada a escassez do tempo disponível, mas não me furtarei a comunicar-vos o meu contributo pessoal

para uma reflexão que seguramente vos irá ocupar nos próximos meses. Faço-o como Comandante Supremo das Forças Armadas — que, como sabem, não vejo como uma responsabilidade meramente honorífica — e também como Presidente da República, a quem competem, nos termos da Constituição, poderes de orientação geral do País que, simultaneamente, lhe impõem o dever de se pronunciar sobre as grandes linhas estratégicas da afirmação de Portugal.

Começo por salientar o que nos surge hoje como uma quase evidência: a espantosa evolução ocorrida na Europa Central e Oriental, gerando espectaculares transformações políticas por toda a parte, com destaque para a própria União Soviética — e ainda o facto crucial da unificação alemã — postulam uma nova equação de segurança para a Europa. O fim da guerra fria, simbolizado pelo desaparecimento da cortina de ferro, a desintegração do Pacto de Varsóvia — que perdeu todo o seu significado militar — e o regresso a casa, previsto para breve, das tropas soviéticas estacionadas fora das suas fronteiras, obrigam-nos a repensar os nossos parâmetros de defesa e a rever os conceitos estratégicos tradicionais. Em termos claros: o inimigo desapareceu a Leste, o que nos impõe a drástica revisão dos referenciais político-estratégicos que nos orientaram desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

A Conferência sobre Forças Convencionais (CFE1) que se irá em breve realizar fixará importantes reduções de armamentos convencionais até ao fim do ano. O processo a que dará lugar a próxima reunião da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia (CSCE) a realizar em Paris, em Dezembro próximo — que há a ideia de alargar ao Mediterrâneo, como parece indispensável, criando a CSCM — enquadrará uma nova geopolítica para a Europa, como os novos tempos urgentemente reclamam. Temos pois diferentes necessidades, estando confrontados com outros tipos de ameaças muito diversas das que conhecíamos no tempo da guerra fria. Reconhecemos, contudo, que nem por serem menos pesadas e globais deixam de ser preocupantes ou em si mesmas desestabilizadoras: a proliferação de mísseis e de armas químicas, a droga, o fundamentalismo, o terrorismo, a xenofobia, o racismo, o ultranacionalismo, a eclosão de conflitos nacionais e regionais, são ameaças que se avolumam no nosso horizonte e que nos obrigam a olhar com imensa atenção para a nova arquitectura europeia, cujo desenho é ainda incerto, e para fora da Europa, em busca de uma nova ordem

internacional fundada na consolidação da paz e no império do Direito, capaz de suscitar uma nova e indispensável estabilidade no Mundo, neste final de século e de milénio.

Não foi aliás só na Europa que assistimos a grandes transformações. Estamos a vivê-las, igualmente, em África, com relevo para a África Austral. A independência da Namíbia, a renúncia à odiosa política do *apartheid* na República da África do Sul e a corajosa política de diálogo inter-racial iniciada pelo Presidente De Klerck — que temos encorajado, com todas as nossas forças — tem vindo a abrir novas condições de desenvolvimento para os países da região. Dela beneficiam igualmente Angola e Moçambique, cujos processos de paz apoiamos, como indispensáveis e de reconhecida urgência, para o progresso das populações, e para os quais contribuiremos em toda a medida das nossas possibilidades. A abertura ao pluralismo democrático que está a iniciar-se, ainda que de modo incipiente, mais ou menos por toda a África, é outro dos factores positivos que nos permite esperar uma evolução favorável, com inevitáveis reflexos no bem-estar das populações.

Na América Latina, onde Portugal tem interesses permanentes — não só em virtude dos laços afectivos e linguísticos tão especiais que nos unem ao Brasil — verifica-se também uma evolução democrática significativa que, infelizmente, nem sempre tem sido acompanhada pelos progressos necessários no campo da indispensável estabilidade económica e financeira. O peso dos juros de vultuosas dívidas externas e constrangimentos financeiros conhecidos condicionam negativamente a evolução desses países e, cada vez mais, postulam a necessidade de uma nova ordem económica internacional.

Nos outros continentes sopra, igualmente, um vento de mudança que exige dos responsáveis políticos um grande esforço de reciclagem e de inovação.

A crise do Golfo, com reflexos tão negativos na economia mundial, veio chamar a atenção dos povos — mergulhados na euforia pacifista provocada pela evolução democrática e pluralista dos países de Leste e pelo esgotamento do modelo soviético — para a necessidade de um sistema de defesa colectiva, que permita a punição dos agressores em violação das mais elementares regras do Direito Internacional. Um tal conflito, cujos resultados aparecerão sempre como negativos, qualquer que venha a ser

o desfecho da crise gerada pela invasão do Kuwait pelo Iraque, não augura nada de bom para a evolução do mundo, uma vez desaparecida a ordem bipolar a que nos habituáramos. Está a obrigar os países amantes da paz e que respeitam o direito a repensar o próprio sistema das Nações Unidas, em ordem a aproximar-se mais do impulso generoso que levou à sua criação e a intensificar o diálogo Norte-Sul — como um diálogo de verdadeira sobrevivência — para que a operação de reparação da ordem internacional no Golfo não conduza ao alargamento do fosso que separa os países desenvolvidos dos países pobres.

No que se nos refere, os nossos aliados iniciaram já um profundo debate sobre a actualização de conceitos, estratégias e doutrinas militares. As manifestas dimensões política, económica, social e cultural das temáticas de defesa impõe uma globalização dos problemas e um grande esforço de actualização pluridisciplinar. Tenho vindo a acompanhar com o maior interesse essa evolução, tão apaixonante. A UEO, no domínio da defesa, a Comunidade Europeia, no campo da cooperação diplomática, do desenvolvimento económico, da solidariedade e da segurança e o Conselho da Europa, na área das relações entre as diferentes Europas, têm contribuído para reforçar a identidade europeia, salientando a importância do debate entre aliados, o qual é, pela sua natureza, um debate transatlântico, visto englobar também os Estados Unidos e o Canadá, países que igualmente têm em curso programas de ajustamento das suas políticas de segurança e de defesa às novas realidades internacionais.

Portugal, país fundador da NATO, à qual sempre pertenceu, projectado no Atlântico, onde detém importantes posições geoestratégicas, e na entrada do Mediterrâneo, área onde são facilmente previsíveis significativas perturbações político-religiosas, tem de saber participar activamente no debate em curso para *repensar a NATO* em termos da sua revalorização como Aliança Defensiva, com valiosas dimensões não-militares, e no quadro de uma estratégia reconstituída.

Ninguém pode ignorar o contributo modernizador que constituiu para as Forças Armadas Portuguesas a nossa pertença à NATO. Esse efeito modernizador, com vertentes tecnológicas e científicas importantes, só não foi maior e mais decisivo porque foram poderosas as resistências dos responsáveis políticos do antigo regime e porque, por fatalidade e cegueira política, nos vimos envolvidos em conflitos militares coloniais que impe-

diram que beneficiássemos em pleno das transformações tecnológicas e da formação profissional dos militares, comuns aos outros países da Aliança Atlântica. Os tempos mudaram, entretanto. Daí que tenhamos agora de saber tirar partido, para o futuro, de todas as virtualidades, especialmente no domínio científico e tecnológico, que a nossa inserção na NATO naturalmente nos confere.

Neste quadro geral de mutações rápidas, e em ordem a manter a solidez dos princípios, tem vindo a ser lançado — e muito oportunamente — na sociedade portuguesa o debate sobre a defesa nacional. É importante que assim seja. Tal debate que tem, desde logo, e como *forum* natural, o Instituto da Defesa Nacional, deverá, quanto a mim, analisar sobretudo o novo contexto, internacional, tão incerto ainda, e o posicionamento português nas mudanças em curso, em todos os campos que à defesa nacional respeitam. A correcta informação e esclarecimento dos cidadãos é, neste aspecto, capital para a formação de uma opinião pública consciente, responsável e adulta. A defesa nacional implica a adesão consciente a valores e nisso se distingue da mera propaganda ideológica. É o debate que precede e viabiliza o consenso e nunca o contrário.

Os valores da defesa nacional, numa sociedade democrática, implicam, obviamente, a admissão de diferentes modalidades na sua percepção. Gostaria, por isso, que a sua transmissão aos mais novos — que é essencial, tendo em vista o futuro — se faça por meios apropriados e que tenham em conta aspirações e sensibilidades em formação. É pela persuasão e no diálogo — e não na imposição ou pelo monólogo — que se estabelece a continuidade geracional da defesa da Pátria, como dever irrecusável e imperativo.

As Forças Armadas Portuguesas a que incumbe a prestigiosa missão de assegurar a Independência Nacional, tão importantes como são para a afirmação externa do Estado, deverão constituir, para Portugal, como disse há anos, um verdadeiro investimento de soberania. O seu redimensionamento e modernização, no contexto internacional em que nos movemos e tendo em conta as responsabilidades que resultam das Alianças em que nos inserimos, é uma das prioridades nacionais. Representam uma das vertentes — mas não a única — do carácter dinâmico, multidimensional, permanente e interdependente da problemática actual e apaixonante da Defesa Nacional.

Mário Soares
Presidente da República